CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE nº 529/91 - Ap. 1329/91 DE de Jacareí

INTERESSADO: Nicolas Alberto Ribeiro Macrina

ASSUNTO: Recurso/Retenção-5a. série- 1º grau - Colégio
"Antônio Afonso/ Jacareí

RELATOR: Consº Aparecido Leme Colacino

PARECER CEE nº 1196 /91 CEPG Aprovado em 31/7/91

Conselho Pleno

1-HISTÓRICO:

1-1 Tratam os autos de recurso impetrado ao Conselho Estadual de educação pelo aluno Nícolas Alberto Ribeiro Macrina, da 5a. série do 1º grau do Colégio "Antônio Afonso", em Jacareí, DE. da mesma cidade, DRE. do Vale do Paraíba, representado por seu genitor, Sr. Duval Macrina, contra decisão do Conselho de Classe que, analisando pedido de reconsideração, datado de 06/12/90, manteve sua retenção na série.

1-2 Em longa exposição o Sr. Duval Macrina alega, entre outros, os seguintes fatos:

1-2-1 o Conselho de Classe desconsiderou os problemas de saúde enfrentados pelo aluno;

1-2-2 a escola "taxou de inidôneos" os atestados médicos apresentados por ocasião da enfermidade do aluno. Acometido por doença infecciosa, deveria permanecer em repouso durante quinze dias;

1-2-3 a direção da escola não proporcionou acompanhamento domiciliar, conforme prevê a legislação, nos dias em que o aluno esteve impossibilitado de comparecer às aulas;

1-2-4 o requerente sofreu fratura do braço esquerdo, logo ao retornar às aulas, permanecendo engessado de 14/9 até 25/10, comparecendo às aulas e executando tarefas e atividades com alguma dificuldade;

1-2-5 a escola foi omissa em não comunicar com antecedência a baixa produção do aluno; ao contrário, sempre acenou com a possibilidade de sua promoção.

1-3 A escola informa que:

1-3-1 o Conselho de Classe colocou em dúvida um atestado médico, apresentado pelo interessado, que não possuía nem carimbo nem CRM do médico e com a assinatura diferente dos demais atestados apresentados;

1-3-2 eram do conhecimento do pai não só as normas

e regulamentos da escola como também a situação do aluno em todos os bimestres, uma vez que foram enviados comunicados aos pais e realizadas reuniões de Pais e Mestres; as atas comprovam o comparecimento dos responsáveis pelo aluno em todas as reuniões;

1-3-3 a queda acentuada do rendimento escolar se deu no 4º bimestre, quando o aluno compareceu normalmente às aulas, embora apresentasse o problema do braço engessado;

1-3-4 foi decidido pelo Conselho de Classe realizado no 4º bimestre que ao aluno retido em quatro disciplinas seria concedido até 0,5 (meio) ponto para "fechar" a média 7,0 em uma delas, possibilitando-lhe assim, o direito de participar dos estudos de recuperação. Não foi o caso do aluno em pauta, que precisando obter no 4º bimestre: 7,5 em Geografia; 9,5 em Matemática; 8,0 em Ciências e 8,5 em Educação Artística, obteve, apenas respectivamente, 5,5 - 4,5 - 4,5 - e 7,0, sendo portanto, considerado retido na série, de acordo com o Regimento da Escola;

1-3-5 após analisar globalmente a situação escolar do aluno em questão, o Conselho de Classe, reunido extraordinariamente em 10/12/90, decidiu manter sua retenção, de acordo com o disposto no Regimento Escolar.

1-4 Na análise do caso, os três supervisores de ensino da DE. de Jacareí, embora reconhecendo que a Unidade Escolar não ofereceu oportunidade de exercícios domiciliares ao aluno, por ocasião dos problemas de saúde, opinam pelo indeferimento do pedido, uma vez que não houve prejuízo no rendimento escolar no 3º bimestre, que a queda no seu rendimento ocorreu acentuadamente no 4º bimestre, quando o aluno comparecendo normalmente "não participava e nem ao menos demonstrava interesse pelas aulas", que as médias obtidas nos bimestres eram decorrentes mais de trabalhos apresentados do que de avaliações individuais e que a escola, ao reter o aluno, cumpriu o que determina o seu Regimento Escolar.

1-5 Ao tomar ciência da decisão das autoridades da D.E., o interessado solicitou ao C.E.E. nova apreciação dos autos, tendo estes dado entrada neste Colegiado, em 25/04/91, instruídos de acordo com a Res. 235/87, não contando, entretanto, com o Regimento da Escola que, solicitado pela Assistência Técnica, só foi anexado ao processo em 18/06/91.

2-APRECIÇÃO:

2-1 Trata o presente processo de recurso impetrado ao Conselho Estadual de Educação por Nicolás Alberto Ribeiro Macrina, aluno da 5ª série do 1º grau do Colégio "Antonio Afonso", de Jacareí, DE da mesma cidade, DRE do Vale do Paraíba, que, retido em cinco componentes curriculares, não teve direito a estudos finais de recuperação, de acordo com o disposto no arte 89, item 2 do Regimento Escolar da Unidade Escolar.

2-2 Este Colegiado, em atendimento ao disposto na Lei Federal 5.692/71 tem-se posicionado no sentido de ressaltar a autonomia das escolas, e, só tem interferido quando há indícios claros de arbitrariedade, de não-cumprimento das normas de avaliação e de desconsideração do desempenho global do aluno. E não é este o caso.

2-3 Analisando os dados do Processo, verifica-se que o aluno Nicolás Alberto Ribeiro Macrina apresentou rendimento insatisfatório, em 1990, enquanto aluno da 5ª série do 1º grau, sendo este o motivo de sua retenção.

2-4 O Regimento Escolar do Colégio "Antônio Afonso", ao tratar da verificação do rendimento escolar, estabelece, no item 1 do artigo 88, a média 7,0 (sete) como mínima para aprovação e no artigo 89, item 2, que será considerado retido, sem direito a estudos finais de Recuperação, o aluno de aproveitamento inferior a 7,0 em mais de três componentes curriculares.

Durante o ano letivo, de um total de 36, 16 menções obtidas pelo aluno foram abaixo da média mínima (7,0) e no final do ano ficou retido em 5 dos 9 componentes curriculares da série, não tendo, por isso o direito de participar dos estudos de Recuperação final.

2-5 Pela análise dos Diários de Classe observa-se que, embora não haja documentação que comprove a realização de recuperação paralela, em todos os bimestres e em todos os componentes curriculares, várias aulas foram dedicadas a exercícios, correções de exercícios e revisões e que foram aplicados vários instrumentos de avaliação.

2-6 Ao que tudo indica, trata-se de um aluno cujo desempenho foi fraco para os padrões exigidos pela escola.

Deve-se considerar que as normas de avaliação eram de conhecimento da família que ao optar pela escola implicitamente aceitou suas normas e regulamentos.

2-7 Do exposto, entendemos que não estão presentes motivos de ordem legal ou pedagógica que justifiquem alteração da decisão tomada pela Escola por este Colegiado.

3- CONCLUSÃO:

Indefere-se o pedido de recurso impetrado pelo representante legal de Nicolas Alberto Ribeiro Macrina, contra a decisão do Conselho de Classe do Colégio "Antônio Afonso", de Jacareí, DE. da mesma cidade, DRE de São José dos Campos, mantendo-se a retenção do aluno acima mencionado na 5ª série do 1º grau, no ano de 1990.

São Paulo, 3 de julho de 1991.

a) Cons^o Aparecido Leme Colacino
Relator

4-DECISÃO DA CÂMARA:

A Câmara do Ensino do Primeiro Grau adota, como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Aparecido Leme Colacino, Cleusa Pires de Andrade, Domingas Maria do Carmo Rodrigues Primiano, Elba Siqueira de Sá Barretto e Cleiton de Oliveira.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 10 de julho de 1991.

a) Consa. Cleusa Pires de Andrade
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 31 de julho de 1991.

a) Cons^o João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente